

Governo brasileiro adia votação de reforma da Previdência



Por Maria Josefina Arce

O presidente Michel Temer deparou com notáveis barreiras para aprovar sua criticada reforma da Previdência, um projeto apresentado pelo seu governo como necessário para reduzir o déficit orçamentário, mas que é rejeitado por oito de 10 brasileiros por violar os direitos dos trabalhadores.

Temer ainda não foi capaz de garantir os 308 votos necessários para aprovar a medida não obstante as inúmeras reuniões que sustentou nas últimas semanas com chefes de partidos aliados.

Teve até de lidar com o fato de o principal aliado do governo, o PSDB ter anunciado recentemente sua decisão de abandonar a aliança com o presidente, o que deixou um mar de incertezas em torno de sua posição com relação à reforma.

Nos últimos dias, Temer perdeu também um aliado chave no Congresso: o deputado Antonio Imbassahy, que se demitiu do posto de ministro da Secretaria de Governo onde atuava como intermediário entre Temer e o órgão legislativo.

Diante disso, Temer achou melhor protelar a votação na Câmara de Deputados até a semana de 18 de dezembro. Agora, se, finalmente, for adiada para o ano que vem, os analistas acham que não será

aprovada.

A partir de janeiro, os partidos começam a se preparar para as eleições de 2018. Assim, é muito provável que suba o número de deputados que neguem seu apoio a uma reforma que é rejeitada por boa parte da opinião pública.

Segundo enquete feita no começo do mês, a maioria dos congressistas se posicionou contra a reforma, e mais de 100 não quiseram dar sua opinião a respeito.

Apesar de ter sido modificada em alguns aspectos, o certo é que a iniciativa não está conseguindo o consenso necessário e foi criticada até pela Igreja Católica.

O projeto pretende aumentar a idade dos trabalhadores para terem direito à aposentadoria e cobrar a previdência social. Igualmente reduziria os pagamentos por pensões no Brasil, um dos mais generosos no mundo.

As autoridades tentam aplacar as críticas insistindo em que a reforma acabará com os privilégios, mas a verdade é que não vão mexer nas aposentadorias dos militares reformados, que representam uma soma estratosférica.

Esta não é a primeira medida do governo neoliberal de Temer que levou às ruas os brasileiros. Anteriormente, saíram para protestar contra o congelamento do gasto público durante vinte anos, e a polêmica reforma trabalhista, duas iniciativas que atentam contra os direitos da grande maioria da sociedade.

Desde que assumira o governo do Brasil, mediante golpe parlamentar, Michel Temer colocou em andamento uma política neoliberal que deitou por terra todas as conquistas obtidas durante os governos do PT.

<https://www.radiohc.cu/index.php/pt/noticias/internacionales/149994-governo-brasileiro-adia-votacao-de-reforma-da-previdencia>



Radio Habana Cuba